



I SEMINÁRIO ACADÊMICO EDUCAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUÇÃO E PRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Autor(a)¹: PEREIRA, Francisco Robson de Araújo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo conhecer e analisar em que medida as orientações do Projeto Político Pedagógico atua no Centro de Referência de Alfabetização Ivelise Pereira Correa, de Caucaia - CE. Foi analisado o estudo da referida proposta, onde se aplicou a visão de educador, aumentando as chances de tornar eficaz o aprendizado das crianças num ato concreto, permitindo, assim, ter melhores condições para realização da prática pedagógica com mais competência, prazer e eficácia. O presente artigo apresentado é a uma revisão de literatura, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, que consistiu no levantamento e análise criteriosa e sistêmica dos resultados e conclusões relacionadas ao tema. Concluiu-se que a construção do PPP é imprescindível e pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar para uma educação flexível com a contemporaneidade, inovadora, a fim de provocar uma revolução nas maneiras de ensinar e promover aprendizagens efetivas.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação. Escola Pública.

INTRODUÇÃO

Segundo Fonseca (2003), o Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui-se em um documento que é elaborado baseado no registro das experiências vivenciadas e na síntese da

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA. Robsonfrap8@gmail.com

programação das atividades para a escola.

Sabe-se que no Projeto Político Pedagógico (P.P.P) constam as principais características da Escola. Nele, está presente a concepção de Educação da Escola, bem como suas estratégias para esse fim, retrata como é elaborado e quem participa ou não do seu processo de construção. O P.P.P é, portanto, a identidade da escola.

Acredita-se que o projeto político pedagógico é um guia de orientação para o planejamento de todo o processo ensino-aprendizagem e deve ser consensual. No mesmo, é imprescindível constar o posicionamento sobre as finalidades da educação escolar na sociedade e na escola pública; caracterização econômica, política e cultural do contexto em que está inserida; características socioculturais dos alunos; normas gerais de funcionamento da vida coletiva e outro.

A História da Educação brasileira vem se processando através de décadas marcadas por políticas educacionais extremamente centralizadoras e autoritárias, permeadas de questões antidemocráticas e ideológicas, gerando situações de conflitos, resistências e desafios. Isso inviabiliza a implantação de uma escola independente, capaz de gerir democraticamente, projetada para a liberdade e a autonomia.

É fato que mudar a escola não é fácil e rápido, embora seja necessário e urgente. A sua transformação se dá em um campo de luta pelas conquistas sociais que têm sido em longo prazo e limitadas para a maioria da população brasileira. Cabe à escola tornar-se um dos agentes de transformação social e constituir-se num espaço democrático, garantindo ao educando o direito de usufruir da construção do seu conhecimento, oferecendo aos professores educação continuada no sentido de se sentirem comprometidos com a qualidade da educação, viabilizando uma gestão mais democrática e atuante e criando propostas alternativas para uma possível superação de problemas escolares.

Embasado nisso, foi analisado o Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência de Alfabetização Ivelise Pereira Correa, pertencente à rede pública do município de Caucaia – CE, situada na Rota Sede, visto que esse município é dividido em cinco regiões administrativas, sendo a referida rota, uma delas.

Na oportunidade, se buscou encontrar resposta para a seguinte questão norteadora: o Projeto Político Pedagógico da escola tem como foco um resultado transformador do ensino e da sociedade?

Este artigo, então, tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência de Alfabetização Ivelise Pereira Correa, sabendo-se que através dele constam as principais características da escola. Nele, está presente a concepção de educação da

escola, bem como, suas estratégias para esse fim; retrata como é elaborado e quem participa ou não do seu processo de construção. O P.P.P é, portanto, a identidade da escola.

Para desenvolvermos esta pesquisa nos valem das orientações de Minayo (2010), cujos colóquios nos mostrou que demanda para nossa proposta a realização de consultas bibliográfica e documentais, a fim de termos elementos para alcançar os objetivos de uma pesquisa de natureza qualitativa.

Consideramos que a relevância da nossa abordagem se reveste da necessidade de estabelecer, por meio de pesquisas científicas e discussões, nexos entre o desenvolvimento e a prática educacional a partir dos preceitos constantes no documento Projeto Político Pedagógico da escola pública de forma flexível, uma vez que as mudanças sociais são permanentes, a gestão escolar precisa ter elementos para acompanhar as devidas evoluções a fim de não tornarem-se obsoletas nas ações.

SUPORTE TEÓRICO

É de domínio público que o processo de redemocratização na escola passa a ser ambicionado, mais precisamente na década de 1980, por ser um processo que emerge da mesma ânsia na sociedade brasileira, que se inicia no final da década de 1970, culminando com o fim da Ditadura Militar em 1985.

Sendo a escola um dos principais pilares organizacionais da sociedade, essa democracia passa a ser formalizada a partir da Constituição de 1988, tendo como um dos princípios básicos a gestão democrática. Essa gestão precisa estar pautada em alguns princípios básicos como: autonomia, participação e descentralização.

Na década de 1980, esses elementos aparecem de maneira efetiva em muitos documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com o intuito da participação nas deliberações das ações da escola, inclusive as pedagógicas.

Contudo, na década de 1990, a participação, a descentralização e a autonomia passam a expressar as concepções neoliberais associadas a um processo de reestruturação do modo capitalista de produção, tendo como sustentação a ineficiência que esses princípios, na década anterior, ocasionaram na produtividade do Estado e das instituições que estão relacionadas a ele.

Na Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já citada, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere aos Princípios e Fins da Educação Nacional, o art. 3º vem falar dos princípios em que o ensino será ministrado. Vale frisar que os incisos III e VIII se remetem aos indicativos que constam na Constituição Federal de 1988.

Quanto a Organização da Educação Nacional, o art. 12 da LDBEN estabelece que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; [...] VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica [...]. (BRASIL, 1996, p.20)

Já o art. 13 explicita que os docentes terão como encargos: “I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino [...]” (BRASIL, 1996)

O Art. 14 afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Idem, ibidem).

Por fim, no art. 15, afirma-se que:

[...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observada as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, p.17)

O Plano Nacional de Educação retoma o que está posto na Constituição, ao reafirmar que o PPP é a expressão da organização de dada escola. Como instrumento de uma organização escolar pautada na gestão democrática, indica-se a instituição dos conselhos escolares.

O processo de discussão em torno da necessidade de elaboração do PPP vem de encontro com a institucionalização da gestão democrática a partir da Constituição de 1988. Em meio a esse movimento, alguns autores, como os citados a seguir, vem pesquisando essa temática e fundamentando, desse modo, o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas.

A sua elaboração deve se dar de modo coerente e sistemático, prevendo como recurso um espaço para reflexão e disseminação de ideias, em que a situação da escola e o confronto do que se tem com o que se pretende construir sejam levados em consideração. Pois, “é no próprio real que se encontram as possibilidades de realização de algo ideal [...]” (RIOS,

2012)

Ainda, segundo essa autora, o PPP precisa reconhecer os limites e as possibilidades do contexto escolar, definir os princípios que irão nortear as ações educativas, estabelecer caminhos e etapas para o trabalho e por fim designar tarefas para as pessoas envolvidas. Devem estar presentes os princípios que fundamentam o processo de trabalho, assim como o plano geral de edificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que atuar em conjunto exige de todo o compromisso de estar condicionado a um permanente desejo de renovação, sendo assim, é crucial que todos os segmentos da escola revejam suas atribuições e que não se perca de vista, pois, se assim procederem, não correrão o risco de se acomodarem, contribuindo, dessa forma, para manter o quadro vergonhoso no qual se encontra a educação brasileira.

Considerando esse novo perfil a ser construído, acredita-se que liderar não se restringe a tão somente às ações meramente administrativas e burocráticas, ao contrário, a concepção que se tem a esse respeito é que a gestão que o novo milênio exige é aquela que atua em parceria com todos os segmentos que compreende a escola.

A construção do Projeto Político Pedagógico se presta a esse processo, uma vez que sua elaboração pressupõe rupturas com o autoritarismo que impera ao longo dos tempos no sistema educacional, tanto na esfera estadual, quando indica gestores sem as competências inerentes a prática educativa, como também, no contexto escolar, quando as decisões estão centradas na figura do gestor.

É nesse contexto que se coloca a importância de se considerar a expressiva contribuição que o Projeto Político Pedagógico oferece para a efetivação de uma nova gestão, seja ela administrativa ou de aprendizagem. Diante disso, passa a ser uma atitude desafiadora e coerente com as exigências estabelecidas para a educação, visto que o mesmo se caracteriza como sendo um instrumento de caráter democrático.

Em suma, constatou-se que CRA Ivelise Pereira Corrêa precisa redimensionar sua prática, portanto, é imperativo pautar sua atuação numa Gestão descentralizadora na qual as ações coletivas estejam contempladas num Projeto Pedagógico. Contudo, não se deve perder de vista que o mesmo é um objeto de estudo permanente e flexível.

É pertinente colocar que este artigo não visa o término da discussão acerca da temática proposta (construção e funcionamento do PPP na escola pública), mas alertar para a percepção de que é impreterível que haja mais estudos e pesquisas a fim de aprofundar a reflexão, no sentido de se buscar conceitos e respostas cada vez relevantes à busca incessante por uma educação de qualidade a partir, também, da construção dos documentos colegiados como o Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Plano Nacional de educação, 2011.

FONSECA, Marília. **Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola**: duas concepções antagônicas de gestão escolar. Campinas, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2. ed., São Paulo, Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Significado e Pressupostos do Projeto-Pedagógico**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_15_p073-077_c.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 31 ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção Coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma construção Possível. Campinas-SP: Papirus, 2002.